



Análise Comparativa do Contexto de Implantação do Sistema de Transmissão de Cores (PAL) e do Padrão Japonês de TV Digital (ISDB-T) ¹

Daniel BARBOSA²

Luiz da SILVA³

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

Resumo

O artigo se propõe a discutir a implantação do sistema de cores alemão (PAL) abordando, para isto, o contexto histórico, político e econômico em que este sistema foi implantado, fazendo assim um paralelo ao contexto histórico, político e econômico no qual o Brasil implantou o SBTVD-T que possui como base o padrão japonês de sinais ISDB-T, como forma de elaborar uma breve comparação entre os contextos e os aspectos que levaram ambos os governos a implantar os padrões tecnológicos supracitados.

Palavras-chave

Sistema Alemão PAL; Modelo Japonês ISDB-T; TV Digital no Brasil.

Introdução

A primeira mudança tecnológica de maior impacto da TV que se tem registro foi à implementação de sistema de transmissão de cores da TV brasileira, com exceção é claro do videoteipe. Busca-se destacar aqui este fato, porque, ao que se pode perceber, é algo que está mais diretamente ligado ao telespectador, pois, trata-se de uma melhor qualidade de imagem, o que desperta, à primeira vista, maior interesse. Esta contextualização se propõe a apresentar, ainda que de forma breve, como estava o Brasil no momento em que a primeira estação de TV foi instalada e como se deu o seu desenvolvimento passando assim pela adoção dos padrões PAL em 1972 no regime

¹ Trabalho apresentado no IJ 6 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Aluno de Graduação do Curso de Comunicação Social da UEPB. E-mail: dan_hgb@hotmail.com

³ Professor Doutor do Departamento de Comunicação da UEPB. Orientador do Trabalho. E-mail: custodiocjp@uol.com.br



militar e do padrão de sinais ISDB-T em 2006, no governo Lula. Desenvolvendo a partir daí uma comparação do comportamento do governo nos momentos de cada implantação, e dos aspectos que influenciaram ambos a tomar tais decisões.

Contextualização política, histórica e econômica

No período em que o Brasil vivenciou a instalação do primeiro sistema televisivo por parte de atitude corajosa do empresário Assis Chateaubriand, a situação econômica do Brasil estava relativamente bem, embora a indústria brasileira estivesse engatinhando. O presidente neste período era Eurico Gaspar Dutra, e o Brasil vivenciava o realinhamento de sua ideologia política aos propósitos determinados pelos EUA. Este ato brasileiro foi oficializado, como afirma KOSHIBA (2006), com um tratado de assistência mútua entre Brasil e EUA em setembro de 1947. Assim, Dutra rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e declarou ilegal o partido Comunista do Brasil liderado por Carlos Prestes. Segundo KOSHIBA (2006) no plano internacional a presidência de Dutra inseriu-se nos quadros da guerra fria, por influência da Doutrina Truman⁴. Foi este o momento em que o Brasil começou a abrir mais um pouco as portas para os investimentos norte-americanos, que foram acordados com o então governo em 400 milhões de dólares, e isso é claro em troca da exportação de produtos para o mercado brasileiro. Momento em que Chateaubriand importa os aparelhos para instalação da primeira estação brasileira de TV, comprando à Norte-Americana RCA Victor, equipamentos suficientes para nove estações de TV (SODRÉ 1977).

Após o mandato de Dutra mais uma vez Getúlio volta ao poder, com algumas medidas que terminam por impedir maior participação dos EUA no mercado interno. É óbvio que Getúlio Vargas não proibiu por completo a participação dos EUA na economia brasileira, mas seu posicionamento nacionalista e protecionista impediu que os norte-americanos continuassem com os mesmos planos da Doutrina Truman. Getúlio nacionaliza a extração do petróleo com a criação da Petrobrás o que de certa forma caracteriza a futura perda de enorme parte de lucro que era, até então, de empresas petrolíferas estrangeiras como a dos EUA, que termina por reduzir o prometido investimento norte-americano de 400 milhões para 180 milhões de dólares.

⁴ A expressão Doutrina Truman designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos da América, em escala mundial, à época da chamada Guerra Fria, que buscava conter a expansão do comunismo junto aos chamados "elos frágeis" do sistema capitalista.



Após o fim, um tanto quanto conturbado do mandato de Getúlio Vargas entra em cena Juscelino Kubitschek.

O governo de JK representa uma entrada massiva de capital estrangeiro no Brasil. O país vivia ainda um momento delicado com relação à industrialização. A indústria no Brasil se resumia apenas a indústria de consumo direto com produção de produtos perecíveis e semiduráveis (alimentos, diversões, sapatos), necessitando ainda, para alcançar o amadurecimento, da indústria intermediária que produz matéria prima para produção em escala de alimentos ou objetos (ex.: gusa para indústria metalúrgica e trigo para o padeiro), e por última a indústria de bens duráveis ou bens de capital (maquinários, estradas, portos, eletrodomésticos).

Por volta de 1953 o país passou por uma crise econômica, devido os baixos valores que estavam sendo arrecadados com a exportação de seus produtos, e por estar vivendo numa situação financeira complicada devido à enorme dependência de exportação de produtos primários para captar recursos. Há quem diga que isso se deu devido a manipulação de preços exercida pelos EUA nos produtos americanos, para fazer com que o Brasil aceitasse o investimento de seu capital e instalação de multinacionais no país. Então, no governo de Juscelino Kubitschek, o desejo dos EUA e de outros países foi realizado, quando o Brasil abriu as portas para a entrada massiva do capital estrangeiro bem como a instalação de multinacionais, primeiramente com empresas automobilísticas como, por exemplo, a Ford⁵.

Uma das dimensões, talvez a mais importante, do estilo desenvolvimentista do período de Juscelino foi o pleno enquadramento do Brasil nas novas exigências do capitalismo internacional, que tinha os Estados Unidos como centro hegemônico. De fato, o Brasil ajustou-se nesse período à linha mestra do capitalismo de organização - o capitalismo das multinacionais -, que modificou o caráter da dominação imperialista. Assim é possível concluir que a abertura para o capital estrangeiro torna os detentores deste mais influente na economia do país e conseqüentemente nas decisões do governo, também no que diz respeito a implementações tecnológicas.

Durante todo o período descrito acima que compreende os anos de 1950 até 1964 a TV era elitista, ou seja, era considerado um luxo, apenas a classe mais abastada financeiramente possuía o aparelho de TV (MATTOS, 2002). Todos os equipamentos eletrônicos da época eram importados dos EUA, porque não havia nenhuma indústria de

⁵ A Ford chegou no Brasil em 1º de maio de 1919, instalando-se em um armazém da rua Florêncio de Abreu, no centro de São Paulo



componentes de TV no Brasil.(SODRÉ, 1977). A TV deixa de ser um aparelho elitista apenas a partir de 1964 quando vários fatores contribuem para que a TV passe de fato a se tornar um meio de comunicação populista. Isto pode ser explicado pelos ideais de “desenvolvimento e segurança” que existiam entre os governantes da ditadura militar, que buscaram usar o meio de comunicação mais eficiente da época, a TV, para alcançar seus interesses, e isto claro com enormes investimentos no meio de forma a aumentar a sua eficiência.

Hoje, consideramos os meios de comunicação como instâncias da comunicação em massa, ou seja, a imprensa, a rádio e a televisão em suas acepções públicas, privadas ou comunitárias. Trata-se de mecanismos que permitem a disseminação em massa de informação facilitando a construção de consensos sociais, a construção e a reprodução do discurso público e certos níveis de interação, principalmente dos novos meios independentes, alternativos e comunitários. (RABOY, et AL, 2005, p. 1).

De acordo com MATTOS (2002) a criação do Ministério da Comunicação contribuiu para um maior controle das decisões acerca das telecomunicações. Até mesmo as concessões de licenças para exploração de frequências só eram concebidas para os grupos que apoiavam os ideais da ditadura militar (MATTOS, 2002).

A partir do ano em que foi realizado o golpe militar, os governos buscaram “trilhar” o caminho do desenvolvimento e a TV era o símbolo da modernidade pretendida. Era o campo no qual seria preparada toda uma estratégia em cima de programas que aumentassem a audiência de forma a garantir que o maior número de pessoas, que estavam ligados na telinha, iriam ser “fisgadas” pelas propagandas veiculadas no meio. O que contribuiu para alcançar o consumismo pretendido, de forma a aumentar a participação de empresas estrangeiras no mercado brasileiro, viabilizando o “milagre econômico” que ocorreu no governo Médici.

A partir disto pode-se notar que todas as decisões tomadas pelos governos do período da ditadura militar, visavam beneficiar a classe dominante em detrimento da classe de baixa renda. A manipulação da programação era feita de forma a omitir os verdadeiros índices de mortalidade, doenças, crescimento econômico, para atrair investimentos estrangeiros e passar a falsa sensação para o povo de que ia tudo bem (MATTOS, 2002). Foi inclusive no governo Médici que foi adotado o sistema PAL de transmissão de cores.



Implantação do sistema de transmissão de cores PAL

A novidade das cores foi algo que contribuiu em muito para aumentar a simpatia do meio televisivo para com os telespectadores. Segundo algumas fontes os governos da ditadura buscavam passar a idéia protecionista e nacionalista de governo, apesar de terem feito vários esforços para que multinacionais se instalassem no país, contribuindo para o atrofiamiento de várias empresas nacionais, pela incapacidade de concorrência de nossas empresas.

Durante o desenvolvimento da televisão de quando ainda era preto e branco, foram criadas diversas normas; uma delas era a dependência com a frequência da rede de energia elétrica local. Como nos Estados Unidos a frequência da rede elétrica era de 60 Hz, o processo para transmissão de televisão deveria gerar 60 campos de imagem por segundo para evitar o efeito da cintilação. A imagem seria formada por 525 linhas por quadro (formado por 2 campos) e 30 quadros por segundo para dar a sensação de movimento. Estas características do sistema de transmissão de televisão norte-americana fazem parte das normas estabelecidas pela RMA (*Radio Manufacturers Association*) ou simplesmente "M", e acabou sendo adotadas por outros países com a mesma frequência de rede, como o Brasil e o Japão (SILVA, 2008).

A TV a cores foi elaborada inicialmente pelos EUA com o sistema NTSC (*National Television System Committee*). Sucessivo a esta criação temos também o PAL (*Phase Alternate Lines*), que foi desenvolvido na Alemanha com o objetivo de eliminar vários problemas existentes no NTSC, referentes à reprodução de cor. Havia também o sistema SECAM (*Séquentiel couleur avec mémoire*), criado pela França, e lá foi inaugurado em 1967, que não podia ser praticado no Brasil devido à incompatibilidade de frequências, já que necessitaria de uma frequência de 8 MHz para operar. No Brasil a frequência utilizada para os canais de transmissão do sistema analógico era de apenas 6 MHz.

O Brasil opta então pela adoção do sistema PAL de transmissão de cores somado ao padrão já existente M, este similar ao dos EUA. Vemos aqui, claramente, que este recurso tecnológico não foi criado no Brasil, nem inventado por brasileiros, foi apenas uma adequação ao que poderia ser mais bem aproveitado para a transmissão de imagem à cores. Algumas fontes defendem a idéia de que o governo militar adotou este padrão PAL-M, diferente, podemos dizer, de todos os outros países, como uma atitude



protecionista e nacionalista a fim de dificultar a importação de aparelhos, utilizando apenas aparelhos aqui fabricados.

Este é um ponto de vista paradoxal ao que se pôde acompanhar no período, pois estes aparelhos “nacionais” bem como os componentes principais para a fabricação da TV eram produzidos por empresas multinacionais instaladas no Brasil, o exemplo de uma delas é a General Eletric. Infelizmente boa parte do lucro conquistado com estas vendas não ficava no país, mas era investido no país sede das multinacionais. Mas isto, é claro, não poderia ter acontecido sem que o governo fosse influenciado por atores políticos da sociedade de então. Para a noção de atores políticos e sociais, toma-se como apoio o conceito elaborado pela IIDAC.

Atores sociais e políticos são aqueles que estão envolvidos em conflitos de interesses e que pretendem resolvê-los pela via política. Possuem recursos, ou seja, dinheiro, e poder, que se manifesta na forma de influência e de crenças em comum. Atores são os que podem vir a ganhar ou perder com mudanças ou medidas implementadas pelo governo. (IIDAC, 2003. p. 1)

Na época os atores eram: a classe mais abastada da sociedade de então, os meios de comunicação, dentre eles destaca-se a rede Globo de TV que foi a que mais cresceu no período do regime militar inclusive com o acordo realizado com a *Time-Life*, empresa norte americana, e, sem deixar de lado a ESG que, segundo MATTOS (2002), foi um dos maiores influenciadores dos governos militares até mesmo porque todos estavam, de alguma forma, a ela ligados, direto ou indiretamente. Como afirma RABOY (2006) “todo novo meio de comunicação constitui, ao mesmo tempo, o ponto de disputas entre lógicas societais a cargo do Estado, do mercado e da sociedade civil”. (RABOY 2006, p.1).

Seguinte a estes acontecimentos, após o fim da ditadura militar o país entrou numa enorme crise econômica e a dívida externa cresceu sem precedentes. Nos anos subseqüentes, porém, presenciou-se, após altos e baixos econômicos até a relativa estabilidade atual, enorme crescimento da TV, que pode ser medido pelo aumento da concessão para operação de emissoras, aumento da produção de programas nacionais e dos implementos tecnológicos, de recursos advindos de investimentos publicitários assim como o aumento da influencia da programação na sociedade.

Modelo de transmissão digital de sinais



Em 26 de novembro de 2003, 53 anos após a instauração do primeiro sistema de TV do Brasil, foi publicado o Decreto N° 4.901/03 que estabelece o início das pesquisas para a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Neste decreto, como bem trata TONIETO (2006), o governo demonstrou preferência em criar um sistema próprio convocando técnicos, pesquisadores e representantes da sociedade civil para participarem do projeto de criação de um modelo brasileiro de TV Digital. Este projeto, pelo menos em algum aspecto, feriu ou confrontou interesses de empresas que participam hoje da produção e venda de aparelhos eletrônicos no Brasil. Segundo BELO (1978) “O universo político das sociedades modernas pode ser descrito como uma integração bastante complexa de vários grupos em luta pela prevalência de seus interesses nas decisões governamentais”.

Os estudos acerca de sinais digitais, data, segundo OMENA (2008), de 1970, e os padrões internacionais mais conhecidos foram criados nos anos 90 dentre os quais destacam-se o ATSC (*Advanced Television System Committee*) norte-americano, o DVB (*Digital Video Broadcasting*) europeu e o ISDB (*Integrated Services Digital Broadcasting*) japonês. Dentre as características mais marcantes de cada padrão o ATSC privilegia a alta definição de imagem (HDTV⁶), o DVB privilegia a multiprogramação com qualidade padrão (SDTV⁷) e o ISDB privilegia a integração de serviços podendo emitir sinais para aparelhos móveis como, por exemplo, celular.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva surpreendeu com a abordagem dada acerca do assunto quando publicou o Decreto N°4901/03, pois o governo anterior, Fernando Henrique, pretendia adotar um dos padrões estrangeiros já existentes. A posição do governo Lula, segundo NASSIF (2009), possui características de governos populistas como o foi Getúlio Vargas. Esta colocação é validada, até mesmo pelos programas sociais, como as várias “bolsas” que distribuí para o povo de baixa renda. Lula pretende contribuir para a inclusão social e para a inclusão digital utilizando a nova mídia (TV Digital), como forte instrumento para programas educacionais uma vez que disponibilizaria recursos interativos. Assim, foi formulado o decreto N° 4.901/03.

- i. “promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por Meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação.
- ii. Propiciar a criação de rede universal de educação à distância.

⁶ *High Definition TeleVision*

⁷ *Standard Definition TeleVision*



- iii. Estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação. (BRASIL, 2003).

Infelizmente, ao que se pôde observar boa parte dos ideais expostos com este decreto foi cortada literalmente. Todo o esforço por parte dos pesquisadores em desenvolver um sistema genuinamente brasileiro foi deixado de lado quando o atual presidente lançou um novo decreto adotando o padrão japonês de sinal digital. Segundo OMENA (2008) o Brasil possui recursos suficientes para elaborar a parte central da transmissão de TV Digital que é a modulação. E é acerca da tecnologia que abriga o padrão tecnológico de transmissão de sinais que se desenvolveu toda uma luta para decidir qual seria o ideal para o país.

O embate acerca de qual padrão seria adotado pelo Brasil se fechou em torno de dois únicos padrões, o DVB europeu e o ISDB –T japonês. Ambos os países lutaram para que seus respectivos padrões fossem aceitos de todas as formas que puderam inclusive com a oferta de *loobys*.

A Europa se pronunciou com maior empenho. A oferta da Europa foi a de desenvolvimento de uma indústria de semicondutores em março de 2006. Esta oferta foi apoiada pelo embaixador da Europa e também pela Coalizão DVB formada pelas empresas: *Siemens, Nokia, Philips, ST Microelectronics, Thonsom e Rohde&Schwarz*. Já o padrão japonês estava sendo amplamente divulgado e defendido pelas emissoras de TV quando em acordo, as emissoras de maior influencia no Brasil, publicaram em conjunto a aprovação do padrão ISDB-T como sendo o melhor para o país.

O anúncio assinado pelos radio difusores, afirmava que, para garantir a qualidade do sinal, a alta definição, a mobilidade e a interatividade, "só existe um sistema no mundo: o ISDB-T, adotado no Japão e recomendado para a TV Digital do Brasil pela Sociedade de Engenharia de Televisão (SET) e pelas emissoras de TV". A campanha foi assinada pela empresas: *Bandeirantes, Cultura, Globo, Record, RedeTV!, Rede Vida, SBT, 21, CNT e Rede Mulher*, numa inédita ação conjunta entre as emissoras de televisão.
(OMENA, 2008, p. 5)

Não é de se estranhar o fato de que as emissoras preferiram e preferem o padrão japonês. Até porque a adoção do padrão Europeu iria significar um enorme número de novas emissoras uma vez que este possibilitava, a grosso modo, a divisão de um canal em até quatro. Uma emissora poderia levar ao ar quatro programas simultâneos, mas em compensação, a qualidade da imagem de cada programação seria resumida em



comparação a um canal que disponibilizasse apenas um programa por vez, isso iria acarretar certo desinteresse para os anunciantes. Pois, para as emissoras o grande atrativo é realmente a portabilidade, possibilidade de acesso nos mais variados meios como celulares ou uma TV a bordo de um carro, e a qualidade de som e imagem. Algo que desperta bastante o interesse do telespectador como já vivenciado quando da mudança da imagem de preto e branco para o colorido.

Ao que se pôde perceber, as emissoras venceram a “queda de braços” que se travou desde 2003, quando o atual governo publicou o Decreto Nº 5820/06, contribuindo para que fosse adotado, curiosamente, dentre tantos outros padrões, inclusive um brasileiro, justamente aquele que estava sendo defendido e apoiado pelas emissoras como o melhor para o país. O Decreto Nº 5820/06 “[...]determina que o Brasil seja o segundo país do mundo a usar a tecnologia japonesa ISDB[...]fato que acabou com as esperanças criadas pelo decreto 4.901/03”(OMENA, 2008, p. 12).

É importante que se deixe bem claro que o Brasil desenvolveu a partir do decreto Nº5820/06, um modelo que possui como base o padrão de sinais digitais japonês, sendo assim basicamente uma cópia do modelo utilizado no Japão. Ao que trata o Decreto Nº 5820/06 no Art. 5º: “O SBTVD-T adotará, como base, o padrão de sinais do ISDB-T, incorporando as inovações tecnológicas aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento de que trata o Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003 (BRASIL2, 2006).

Como, após a inauguração de 2007, está sendo apenas emitido programas por sinais digitais sem a utilização de recursos interativos, o padrão que está sendo utilizado é praticamente idêntico ao do Japão. Um dos pontos positivos que vale ressaltar, é o acréscimo efetuado pelas pesquisas realizadas, que possibilitou como ocorre com o padrão DVB (Europeu), emitir sinais de até quatro programas simultâneos como faz, atualmente a TV Cultura de São Paulo. Lembrando-se o fato de que novas diretrizes e aplicações podem ser acrescentadas, dependendo das atitudes tomadas pelos próximos governantes, e ministros das comunicações.

O sistema brasileiro é denominado SBTVD-T(Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre) e recebeu um novo nome do fórum brasileiro de TV Digital que é: *International System for Digital TV (ISDTV)*, para que seja possível a importação do modelo por parte de outros países. (OMENA, 2008). Apesar de terem sido massivamente divulgados apenas três modelos internacionais existem ainda o modelo



chinês chamado de DMB⁸, somando ao todo cinco modelos com o que foi desenvolvido por brasileiros. “O Brasil adotou uma tecnologia com menor escala de produção do que o DVB [europeu] e mesmo do ATSC [estadunidense], já que o ISDB está presente apenas no Japão[...] os custos de *royalties* com a tecnologia japonesa são altos”. (VALENTE, 2008, p.1).

Breve comparativo entre os contextos nos quais cada sistema foi implantado

O que se pôde verificar com um breve comparativo acerca do ocorrido quando da adoção do sistema PAL-M de transmissão de cores e do padrão SBTVD-T de tecnologia de transmissão de sinais digitais é que, como afirma MATTOS (2002) o governo é o responsável pela decisão de modelos tecnológicos a serem implantados no país. Realmente foi o que ocorreu, mas é notável que estas decisões não foram tomadas de forma isolada, existiam ideais a serem alcançados. Toda decisão, portanto remete a enorme ganho por parte de determinados grupos em detrimento de outros. As decisões não são pautadas, como alguns erroneamente esperam, com base no melhor para a grande massa populacional, mas de uma forma visionária buscando, como pudemos ver o benefício de grandes empresas.

Outra coisa em comum que se pode apontar dos momentos de adoção de ambos os padrões para a TV brasileira é justamente que no caso do governo militar havia a manipulação dos meios de comunicação de forma a impedir a veiculação de algo além do determinado pelo governo, sendo assim, transmitidas apenas informações de que tudo estava indo bem. Buscavam passar a idéia de que as decisões estavam sendo as “melhores” possíveis para o alcance do “desenvolvimento com segurança”, e do tão esperado “milagre econômico”. Com relação à presente adoção do padrão japonês, as emissoras de TV manipularam a informação, contribuindo mais para a desinformação da população acerca da TV Digital do que para contribuição de que o cidadão necessitava para tomar uma posição crítica acerca do fato.

Mesmo não estando num regime militar, a grande massa populacional continua a mercê de informações de grande importância para o seu futuro acerca de questões que podem abalar as estruturas sociais de todo o país. Isto implica ao cidadão viver uma falsa idéia de que está sendo informado, o que traz a falsa sensação de estar vivendo

⁸ *Digital Multimedia Broadcasting*



uma democracia, quando na verdade está ainda preso a um país onde são impostas as regras e modelos a serem seguidos, sem abertura de maiores espaços para questionamentos.

Algo que faz o povo sentir-se ainda preso a um modelo de fazer notícias desinformador e a um modo de fazer televisivo próprio do regime militar. Isto contribui para que se alcance, pelo menos em parte, a compreensão dos motivos que leva o nosso país, independente do governante que esteja no poder, a não atingir as metas como de acordo com o prometido, o que seria em teoria, os ideais do povo e da nação.

Muitas vezes são tomadas certas decisões como sendo em proteção aos interesses do povo, quando na verdade se pretende alcançar apenas a satisfação de determinados grupos, sejam políticos, sindicais, de empresas nacionais ou estrangeiras. Não são tomadas atitudes empreendedoras sem que seja necessária a participação de outros países com mão de obra, investimentos, ou modelos de empreendimentos de quaisquer naturezas. Ou melhor, sem que seja pressionado de alguma forma por grupos, como sindicatos, empresas de comunicação, e como acontecem em alguns casos, quando empresas multinacionais prometem investir certa quantia se seu interesse for satisfeito.

É compreensível que no Brasil, um país que na época da ditadura militar era considerado um país subdesenvolvido, mas hoje, emergente, que tem o capital e sistema financeiro atrelado e dependente do capital de várias empresas multinacionais, não pode tomar por si só decisões nacionalistas ou protecionistas que venham afetar direta ou indiretamente o lucro e participação mercadológica destas empresas.

Daí a necessidade sempre de se desconfiar de programas extremamente “bondosos” para com os ideais da massa, que prometem demasiados benefícios para a população sem que sejam corretamente confrontados e analisados, pois correm o risco de serem frustrantes, ou no mínimo, um tanto quanto nocivos.

Percebe-se, portanto, com o mínimo de conhecimento que se tenha acerca da história dos meios de comunicação no Brasil que os atores políticos se promovem ou não pelos meios de comunicação. Como podem também através delas, influenciar nas decisões acerca dos “melhores” equipamentos ou tecnologias da informação e comunicação a serem implantados no país.

É certo acreditar que o governo busca tomar decisões que beneficie ao maior número de grupos existentes na sociedade, mas infelizmente o que se vê, historicamente é uma tendência a privilegiar grupos que exercem o poder de influência por meio de



recursos financeiros, investindo hoje para conquistar maiores quantias no futuro. Grupos estes, dos quais a maioria não é nacional. A decisão acerca de aplicações do melhor padrão tecnológico tem uma importância maior do que se pode imaginar. São enormes as variáveis que se apresentam, no momento de uma decisão de tal porte.

O brasileiro que não possui acesso a vários meios de comunicação, fóruns de discussão acadêmicos ou em rede (entenda-se por internet), que possuem apenas a TV como meio de informação, (ainda hoje a realidade da grande maioria dos brasileiros). Assim, boa parcela dos brasileiros acaba sendo vítima de uma repressão que não é realizada por força, mas talvez seja pior quando se considera por jogo de interesses. Interesses perigosos estes, que omitem algumas informações, manipulam outras e nunca tem preocupação em beneficiar toda a sociedade.

Infelizmente os meios de comunicação, e em especial a TV não tem se utilizado da liberdade de imprensa para libertar os cidadãos das amarras que os impedem de desenvolver um senso crítico acerca dos fatos de grande importância que estão surgindo na sociedade, pois, na maioria dos casos, dados são omitidos, ou emitidos de maneira tendenciosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO, Manoel Alexandre C. Os Grupos de Pressão e sua Influência no Processo do Desenvolvimento (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1978. Disponível em: <http://esma.tjpb.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=553:grupos-de-pressao-e-influencia-politica&catid=2:colunistas&Itemid=22> Acesso em 4 de maio de 2010.

BRASIL. Decreto n 4.901, de 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD. DOU. Edição nº.231 de 27/11/2003. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/tv_digital_decreto4901_27112003.htm>. Acesso em: 2 maio 2010.

BRASIL2. Decreto n 5.820, de 29 de Junho de 2006. Implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T. DOU de 27/11/2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 2 maio 2010.

INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA. Atores Políticos e Sociais. In: LIVRO I, Uma análise das políticas públicas para adolescência no Brasil num contexto participativo - Programa Políticas Públicas, “Adolescência e Cidadania”. Curitiba, 2003. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.iidac.org/iidac.org/iidac/pt/news/news/248-1>> Acesso 4 maio 2010.



KOSHIBA, Luiz e Pereira, Denise. História Geral e Brasil. Volume único. Ed. Atual. 2006.

MATTOS, Sérgio (2002). História da televisão brasileira – Uma Visão Econômica, Social e Política. Petrópolis: Vozes.

NASSIF, Maria Inês. Perfil do governo petista. Algo mais complexo que o apoio das massas. Luis Nassif online, 2009. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/11/12/perfil-do-governo-petista/>> Acesso em 2 de maio de 2010.

OMENA, Adriana Cristina. TV Digital no Brasil: grupos de pressão, desinformação e digitalização a passos lentos Universidade Federal de Uberlândia- UFU1 Disponível em: http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18_%2020%20Omena.pdf Acesso em: 3 de maio de 2010.

RABOY, Marc e SOLERVINCENS, Marcelo. Meios de Comunicação, 23/01/2006. Disponível em: < <http://vecam.org/article684.html>>. Acesso em 6 de maio de 2010.

SILVA, George Martins da (Abril/2008). TV Analógica x TV Digital. Disponível em: <http://www.meuartigo.brasilecola.com/atualidades/tv-analogica-x-tv-digital.htm> Acesso em 5 de maio de 2010.

SODRÉ, Muniz (1977). O monopólio da fala. Petrópolis: Vozes.

TONIETO, Márcia Terezinha (2006). Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD. Uma análise política e Tecnológica na inclusão social. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências da Computação. Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza.

VALENTE, Jonas. Governo faz promessas, mas transição segue em marcha lenta. Observatório do Direito à Comunicação. 16/06/2008. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.or.br/novo/content.php?option=com_content&ask=view&id=3573>. Acesso em 3 de maio de 2010.